

27 de Maio de 2024



**ENTRE A ENXADA E O FUTURO: MOTIVAÇÕES
PARA O ABANDONO DA AGRICULTURA
O caso de Búzi**

Yasser Arafat Dadá¹

1. INTRODUÇÃO

A transição das actividades agrícolas para outras ocupações tem sido objecto de crescente interesse nas esferas académica e política, especialmente em contextos onde a agricultura historicamente desempenhou um papel central na economia. Este estudo tem o objectivo de investigar as motivações e circunstâncias que levam os pequenos produtores a considerar o abandono da agricultura, em busca de alternativas que proporcionem melhor qualidade de vida. Búzi apresenta um ambiente propício para tal análise, uma vez que é caracterizada por uma economia predominantemente agrícola, onde a agricultura de subsistência é uma prática comum entre a população local e se verifica uma tendência de migração em direcção a outras regiões do país.

Após a introdução, este documento apresenta, na segunda secção, um breve enquadramento teórico e de trabalhos empíricos, na busca de compreender as razões que contribuem para a saída da agricultura dos pequenos produtores; a terceira secção é dedicada à descrição e análise dos dados; na quarta secção, são apresentadas considerações finais e sugestões de políticas relacionadas com os resultados do estudo.

O trabalho está assente em informação qualitativa e quantitativa. Os dados apresentados derivam de inquéritos e entrevistas conduzidos junto de indivíduos dos cinco postos administrativos do distrito de Búzi (nomeadamente, Vila do Búzi, Bándua, Nharongue, Nhamichindo e Guara-Guara). As entrevistas foram realizadas a funcionários governamentais, representantes de organizações não-governamentais, líderes locais e pequenos produtores. No total, foram realizadas 40 entrevistas, número considerado

¹ Yasser Arafat Dadá, economista e Doutorado em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Lisboa. Investigador do OMR.

adequado para alcançar a saturação teórica neste estudo². Além disso, foram conduzidos 400 inquéritos, com um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%³.

Este texto foi elaborado com base numa pesquisa em curso relacionada com as estratégias de produção camponesa para o caso de Búzi.

2. DECISÃO DE PERMANECER NA AGRICULTURA: UM REVISITAR DA TEORIA

A decisão de abandonar a actividade agrícola por parte dos pequenos produtores emerge como um tema multifacetado em estudos de economia e desenvolvimento rural. Este capítulo propõe uma breve revisão da literatura abrangendo, tanto os trabalhos clássicos, quanto estudos empíricos, focando nos factores determinantes, como o tamanho da exploração agrícola, características familiares e distribuição de rendimento na tomada desta decisão crítica.

Um dos pioneiros foi Alexander Chayanov, cujo trabalho seminal destacou a racionalidade económica das unidades familiares agrícolas. Chayanov argumentou que os camponeses têm uma lógica de produção distinta, onde as decisões são moldadas, não apenas, por considerações de lucro, mas também, pelas características e necessidades das famílias. Para Chayanov, a decisão de permanecer na agricultura ou buscar oportunidades fora dela está intrinsecamente ligada à estrutura e dinâmica das unidades familiares⁴. Por outro lado, Marx considerou que os pequenos produtores constituem uma classe em transição, seja para a classe empresarial, tornando-se empresários capitalistas, seja para o proletariado, tornando-se trabalhadores assalariados⁵.

A Teoria do Dualismo de Arthur Lewis realça a migração como estratégia de diversificação de rendimento e fuga da pobreza rural, sendo também relevante para entender as dinâmicas actuais⁶. Sen (1981) ressaltou a pobreza e a falta de oportunidades fora da agricultura como

² O critério adoptado para determinar o número de entrevistas foi a saturação teórica, um conceito comumente aceite na pesquisa qualitativa, onde entrevistas adicionais deixam de fornecer informação substancialmente nova ou relevante para o estudo (Creswell 2014).

³ A distribuição dos inquéritos por Posto Administrativo foi ponderada em relação à respectiva população, garantindo uma representatividade da população de cada Posto Administrativo. Em particular, em cada Posto Administrativo realizou-se um mínimo de 70 inquéritos, o que na literatura é considerado uma amostra robusta e equitativa para análise (Creswell, 2014).

⁴ Chayanov, A. (1991). *The Theory of Peasant Co-operatives*. Traduzido por David Wedgwood Benn. Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris and Co. Ltd

⁵ Marx, K. (1996). *O capital: Crítica da economia política*. 2 ed. Coleção os economistas. Nova cultural. São Paulo. Brasil.

⁶ Ranis, Gustav (2004). *Arthur Lewis' contribution to development thinking and policy*. Economic Growth Center. Yale University.

barreiras significativas, limitando as escolhas dos agricultores e influenciando a sua decisão de permanecer na actividade agrícola⁷.

Pesquisas mais recentes, como as de Binswanger e Deininger (1997)⁸, sublinham a importância do tamanho da exploração agrícola e, Feder *et al.* (1985) destacam o papel da distribuição de rendimento nas decisões de permanecer, abandonar ou conciliar a agricultura com outras actividades. Estes estudos complementam a compreensão sobre como factores estruturais e familiares influenciam essas escolhas. Por outro lado, a continuidade da actividade agrícola pelos filhos é influenciada por diversos factores, incluindo a tradição familiar, a qualidade do ambiente de trabalho agrícola e as oportunidades alternativas. Estudos, como de Duflo (2003), destacam a importância das políticas públicas para incentivar a permanência dos mais novos na agricultura⁹.

Em suma, a literatura sugere que a decisão de abandonar a agricultura e a continuidade desta actividade pelas gerações futuras resulta da interacção complexa de dinâmicas rurais, considerando aspectos económicos e sociais. As contribuições discutidas neste capítulo, fornecem uma base teórica sólida para a análise empreendida neste estudo sobre Búzi.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A economia do Búzi é marcada por uma interacção complexa de dinâmicas entre a agricultura de subsistência¹⁰, pesca¹¹, actividades comerciais¹², políticas¹³ e condições

⁷ Sen, Amartya (1981). *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Clarendon press oxford

⁸ Binswanger e Deininger (1997) *Explaining Agricultural and Agrarian Policies in Developing Countries*. Vol. 35, issue 4, 1958-2005. *Journal of Economic Literature*.

⁹ Duflo, E. (2003). *Grandmothers and Granddaughters: Old-Age Pensions and Intrahousehold Allocation in South Africa*. *The World Bank Economic Review*, 17(1), 1–25.

¹⁰ Búzi é tradicionalmente um distrito em que a actividade agrícola é predominante, com o cultivo de culturas, como mandioca, milho, feijão, arroz e diversos vegetais a constituírem a base da subsistência local ([O Distrito / Búzi / Ver Meu Distrito / Início - Portal do Governo da Província de Sofala](#)).

¹¹ Dada a localização costeira, Búzi tem uma indústria pesqueira activa. Os pescadores locais capturam peixe, camarão e outros frutos do mar para consumo local e também para venda em mercados próximos.

¹² Para além das transacções comerciais locais, e entre os postos administrativos, realizadas nas feiras semanais, é pertinente destacar o papel da cidade da Beira e de Nhamatanda, cidades vizinhas, como importantes centros comerciais. Búzi fornece uma variedade de produtos agrícolas, pesqueiros e de caça, enquanto recebe produtos processados.

¹³ Após a independência de Moçambique, em 1975, assistiu-se a uma fase de nacionalização e planificação centralizada da economia.

climáticas¹⁴ durante o período colonial¹⁵ e actualmente. Este histórico fornece uma compreensão da economia de Búzi e, ao mesmo tempo, revela a resiliência e as estratégias de sobrevivência diante dos desafios impostos por um ambiente em constante transformação.

3.1. Decisão de permanecer ou não agricultura

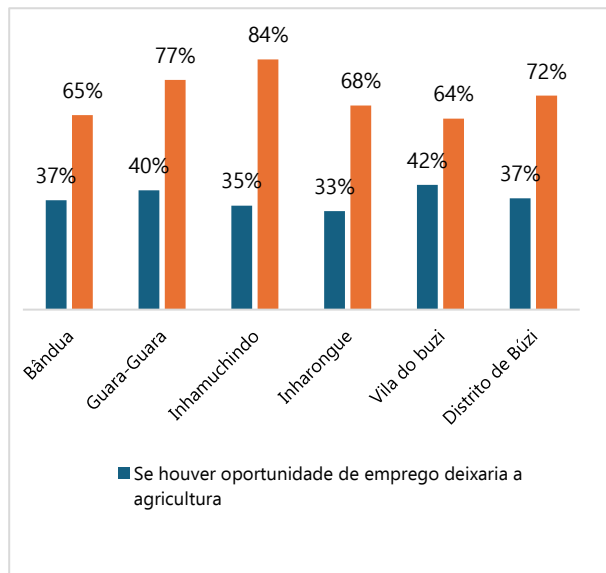
No gráfico 1 é apresentada a possibilidade do Chefe do Agregado Familiar (CF) deixar a actividade agrícola por outras, e o desejo de ver os seus filhos continuarem na agricultura, observando-se o seguinte:

No distrito de Búzi, observa-se que 37% dos pequenos agricultores manifestam vontade de abandonar a actividade agrícola, caso surjam oportunidades de emprego noutros sectores. De entre os postos administrativos visitados, os mais urbanizados, como Guara-Guara e Vila do Búzi, evidenciam a mais alta proporção de CF dispostos a abandonar a agricultura (40% e 42%, respectivamente).

Estes resultados podem ser justificados por uma maior oferta de trabalho assalariado nas zonas urbanas que nas zonas rurais.

Nos pontos seguintes são detalhadas as razões para a manifestação de interesse dos CF abandonarem ou permanecerem na agricultura, considerando os dados dos inquéritos e entrevistas.

Gráfico 1: Motivação para abandonar a actividade agrícola



¹⁴ Por exemplo, o ciclone Idai atingiu o país a 14 de Março de 2019, causando inundações intensas e danos extensos no distrito de Búzi. Estima-se que 75% das povoações do distrito de Búzi tenham sido inundadas. A infra-estrutura de saúde sofreu danos significativos, limitando o acesso a cuidados de saúde essenciais. Além disso, ocorreu destruição extensa de culturas e gado. Calcula-se que houve pelo menos 130 000 pessoas afectadas.

¹⁵ Durante o período colonial, por exemplo, a região foi explorada para a produção de culturas comerciais, como o algodão e o caju, destinadas à exportação. Esta exploração teve um impacto profundo na estrutura económica da região, introduzindo relações comerciais desiguais e um sistema de trabalho fortemente baseado na exploração agrícola.

3.1.1. Razões para abandonar a agricultura

Os que afirmaram que abandonariam a agricultura, indicaram as seguintes razões:

- Busca por rendimentos mais elevados: A maioria dos pequenos produtores (70%) que estão abertos a oportunidades de emprego fora da agricultura, tem como motivo a expectativa de alcançar rendimentos superiores fora da agricultura. Essa tendência é particularmente marcante em áreas mais urbanizadas do distrito, onde a diversidade de oportunidades parece maior (Bandua – 86%). O desejo de uma vida financeiramente mais estável e menos vulnerável às incertezas climáticas e de mercado impulsiona essa busca.
- Influência das condições socioeconómicas: O contexto socioeconómico, incluindo o acesso limitado à educação (cerca de 90% dos entrevistados não tem o ensino primário completo) e estão limitados do acesso outros serviços básicos. Em todos os locais os entrevistados afirmaram que vêem a migração para outras cidades (as principais são: Beira, Chimoio e Maputo) e a possibilidade de exercer outras actividades, como uma oportunidade de romper o círculo de pobreza e garantir acesso a serviços básicos (educação, saúde, água potável e outros).
- Condições de trabalho e produtividade baixa: A agricultura em Búzi enfrenta desafios significativos, como o uso limitado de tecnologias, intensa em trabalho e pouco intensa no uso de insumos agrícolas melhorados e dificuldades de acesso a crédito. Esses factores contribuem para a baixa produtividade e rendimentos insuficientes, levando muitos a considerar outras opções que prometam maiores rendimentos.

3.1.2. Razões para permanecer na agricultura

Os que afirmaram que não abandonariam a agricultura, indicaram as seguintes razões:

- Segurança alimentar: Para 80% dos pequenos produtores a agricultura é mais do que uma ocupação; é uma garantia de segurança alimentar. A possibilidade de prover alimentos para a família é um factor determinante para permanecer na actividade agrícola.
- Conciliação com outras actividades: 15% dos pequenos produtores afirmaram que não abandonariam a agricultura, escolhendo permanecer na agricultura enquanto acumulam com outras fontes de rendimento.
- Valores culturais e familiares: A agricultura está enraizada nas tradições e na identidade das famílias. A decisão de continuar a trabalhar a terra é influenciada por um sentido de dever para com a herança familiar. Como afirmou o pequeno produtor de Inharongue¹⁶, “conciliar a agricultura com outras actividades, permite diversificar os meios de subsistência sem abandonar completamente minhas raízes e tradições”.

¹⁶ Pequeno produtor, Inharongue, 58 anos, entrevista no dia 25 de Julho de 2023.

- Idade e resistência à mudança: Para agricultores mais idosos, a resistência à mudança e a dificuldade de adaptação a novos ambientes de trabalho são factores relevantes. Cerca de 10% afirmou que a familiaridade com a terra e os ciclos agrícolas, juntamente com limitações físicas e educacionais, pode desencorajar a busca de alternativas fora da agricultura.

3.2. Características da família

Nesta secção analisa-se as características das famílias dos pequenos produtores em Búzi e como estas influenciam a decisão de permanecer na actividade agrícola ou buscar alternativas de emprego.

A pesquisa revela o seguinte:

- As famílias dispostas a abandonar a agricultura, caso surjam oportunidades noutros sectores, possuem, em média, um número maior de membros (7 membros) que as famílias que preferem não abandonar a agricultura (6 membros). Esta diferença pode reflectir uma maior pressão económica sobre famílias maiores para buscar fontes de maior rendimento fora da agricultura, mas também maior disponibilidade de mão-de-obra.
- As famílias dispostas a abandonar a agricultura possuem, em média, mais dependentes (3 membros) que as que optam por permanecer na agricultura (2 membros), sugerindo que as obrigações familiares podem influenciar a disposição para assumir riscos associados a mudanças ocupacionais.
- Observa-se também que o número de membros do sexo feminino nas famílias dispostas a deixar a agricultura é, em todos os postos administrativos, inferior (3 membros) ao das famílias que preferem permanecer na agricultura (superior a 3 membros). Esta tendência pode indicar uma relação entre a participação feminina na actividade agrícola e a decisão de continuar nesse sector, reflectindo a importância do trabalho das mulheres na realização das práticas agrícolas familiares. Essa hipótese foi confirmada quando um líder local afirmou¹⁷ "Aqui, não é de hoje, as mulheres sempre desempenharam um papel importante na agricultura, desde o plantio até à colheita".
- Os CF que estão dispostos a abandonar a agricultura são, geralmente, mais jovens, o que pode ser interpretado como um indicador da busca por oportunidades de trabalho.

¹⁷ Líder local, Inharongue, 65 anos, entrevista no dia 28 de Julho de 2023.

3.3. Tamanho das explorações

O tamanho das explorações em Búzi é um factor considerado importante nas decisões dos pequenos produtores sobre permanecer ou abandonar a agricultura. Nesta secção explora-se a relação entre o tamanho das explorações e a disposição dos agricultores para abandonar a agricultura.

Os dados indicam que os CF que expressam disposição para abandonar a actividade agrícola, favorecendo oportunidades de emprego noutros sectores, possuem, em média, explorações maiores (2,4 ha) que aqueles que não manifestam essa disposição (2,1 ha). Uma excepção a essa tendência foi observada no Posto Administrativo da Vila do Búzi, e apesar de ser o mais urbanizado entre os postos administrativos analisados, onde as áreas médias por produtor são menores (1,09 ha) para aqueles dispostos a abandonar versus (1,32 ha) para aqueles que não estão. Isto sugere que, em contextos urbanos ou semiurbanos, além do tamanho da exploração, outros factores, como a proximidade a mercados de trabalho alternativos e a acessibilidade de serviços, podem exercer uma maior influência nas decisões dos agricultores.

3.4. Rendimento da família

Nesta secção detalha-se as diferenças de rendimento entre aqueles que manifestam disposição para abandonar a agricultura e aqueles que preferem permanecer.

Os dados colectados indicam que o rendimento médio mensal dos agricultores dispostos a deixar a agricultura (2.510 meticais) e daqueles que não demonstram essa disposição (2.468 meticais) é relativamente baixo, situando-se, ambos, abaixo do limiar de pobreza¹⁸. Essa similaridade de rendimentos sugere que a decisão de abandonar a agricultura não é motivada por diferenças imediatas de rendimento, mas por expectativas de melhoria de qualidade de vida e de acesso a oportunidades fora do sector agrícola.

Interessantemente, a Vila do Búzi, principal centro urbano do distrito, apresenta uma maior discrepância de rendimentos entre os produtores (seguido por Bândua e Guara-Guara). Aqueles que optam por não abandonar a agricultura tendem a ter um rendimento superior (3.681 meticais) aos que estão dispostos a abandoná-la (2.675 meticais). Por outro lado, nos postos administrativos menos urbanizados, como Inharongue e Inhamuchindo, observa-se uma tendência oposta. Nesses contextos, o rendimento dos pequenos produtores que não demonstram interesse em abandonar a agricultura (1.774 meticais e 3.371 meticais) é inferior ao dos que indicam disposição para fazê-lo (2.959 meticais e 3.752 meticais), o que talvez

¹⁸ O actual limiar da pobreza do Banco Mundial é de US\$ 2,15 por dia. Para o caso de Moçambique, o limiar da pobreza varia de região para região. Veja Dadá, Yasser Arafat (2024). Determinantes socioeconómicos da pobreza em Moçambique. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.

reflicta uma maior valorização da agricultura nas zonas menos urbanizadas ou a existência de alternativas de rendimentos complementares que não estão disponíveis nos centros urbanos.

A maior parte do rendimento das famílias é direccionada para despesas de alimentação, representando cerca de 60% do total, enquanto os restantes 40% são divididos entre despesas relacionadas com vestuário, transporte, cerimónias, educação e saúde. Esta distribuição destaca a importância da alimentação nas prioridades dos agricultores, ao mesmo tempo que sublinha a importância de outras necessidades básicas, evidenciando a complexidade das decisões económicas enfrentadas pelos pequenos produtores.

3.5. Continuidade dos filhos na actividade agrícola

A decisão dos pequenos produtores sobre a continuidade de seus filhos na actividade agrícola reflecte um conjunto complexo de considerações. Neste ponto explora-se as expectativas dos pequenos produtores em relação ao futuro dos seus filhos

A maior parte dos CF (72%) expressou vontade de os seus filhos não continuarem na actividade agrícola. Entre esses, a maior parte (77%) justifica essa preferência pela percepção de as actividades fora da agricultura proporcionarem maiores rendimentos e, conseqüentemente, uma qualidade de vida mais elevada. Os restantes (23%) indicaram o desejo de que os filhos conciliem a agricultura com outras ocupações, evidenciando uma estratégia de busca por diversificação de fontes de rendimento.

Nos postos administrativos com menor desenvolvimento urbano, como Inhamichindo (84%) e Inharongue (68%), apresentam as maiores proporções de pais que não desejam que os seus filhos permaneçam na agricultura. Este padrão sugere que, em áreas menos desenvolvidas, as aspirações por mobilidade socioeconómica e acesso a melhores oportunidades são particularmente pronunciadas, reflectindo uma percepção de que a agricultura não oferece um futuro promissor. Como disse um pequeno produtor de Nhamichindo,¹⁹ "Eu sempre sonhei que os meus filhos teriam oportunidades que eu não tive. A agricultura é um trabalho duro e incerto. Prefiro que eles estudem e encontrem empregos na cidade, onde possam ter um futuro mais estável e próspero."

Por outro lado, todas as famílias que expressaram o desejo de os seus filhos permanecerem na agricultura (28%) apontaram a importância desta actividade na garantia de segurança alimentar. Destaca-se uma das entrevistas realizadas a um produtor local²⁰ "para nós, a agricultura não é apenas um meio de subsistência, mas também uma garantia contra a

¹⁹ Produtor local, Nhamichindo, 60 anos, entrevista no dia 08 de Agosto de 2023.

²⁰ Produtor local, Vila do Búzi, 55 anos, entrevista no dia 23 de Maio de 2023.

insegurança alimentar, assegurando um acesso contínuo e confiável a alimentos para as nossas famílias e a população no geral”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revela uma preferência dos pequenos produtores para abandonar a agricultura em favor de outras actividades económicas, motivada por um conjunto de desafios e limitações estruturais. Este fenómeno não é um caso isolado, mas reflecte tendências e problemas mais amplos enfrentados pela economia de Moçambique, incluindo a pobreza²¹, desigualdades crescentes²², falta de emprego²³, baixa produtividade agrícola limitada²⁴ pelo baixo acesso a insumos, crédito, investimentos e mercados²⁵. Adicionalmente, questões

²¹ Veja dados sobre a pobreza em Dadá e Mosca (2023a). Determinantes da pobreza e políticas públicas: Primeiro a pobreza. Destaque Rural, 206. OMR. https://omrmz.org/destaque_rural/dr-206-determinantes-da-pobreza-e-politicas-publicas-primeiro-a-pobreza/.

²² Dadá e Mosca (2013b), ao estudar as desigualdades socioeconómicas entre o meio rural e urbano, chegaram a conclusão de que existem importantes diferenças entre o meio rural e o urbano, e essas desigualdades acentuaram-se ao longo do tempo. O rendimento, a pobreza, acesso a serviços de saúde e educação apresentam valores por habitante decrescentes ao longo dos anos, seja a nível nacional, seja no agravamento das desigualdades entre os meios rural e o urbano. Dadá e Mosca (2023b). Desigualdades socioeconómicas entre províncias e entre os meios rural e urbano. Destaque Rural, 216. OMR. https://omrmz.org/destaque_rural/dr-216-desigualdades-socioeconomicas-entre-provincias-e-entre-os-meios-rural-e-urbano/.

²³ Os dados mais recentes do emprego do Banco Mundial (2023) revelam que a proporção da população activa empregue tem decrescido desde 1991 (82%) até 2022 (76%). A maior parte desse emprego é vulnerável, isto é, precário, instável, mal remunerado e oferecem pouca ou nenhuma protecção social aos trabalhadores (em 1991 eram 90% e em 2022 passou para 83%).

²⁴ Entre 1991 e 2020, a produtividade por hectare não sofreu alterações nas culturas alimentares produzidas pelos pequenos produtores (amendoim, arroz, feijões e milho), houve aumentos de produtividade nas culturas realizadas pelos médios produtores (tomate, cebola e batata-reno) e nas culturas produzidas por grandes empresas de capital externo, que optam pelo sistema *out grower* (algodão, caju, cana-de açúcar e tabaco). Para mais detalhes veja Mosca, João e Nova, Yara (2022). A contra transformação agrária em Moçambique. OMR. <https://omrmz.org/livros/>.

²⁵ Em 2001, 15% do crédito à economia foi destinado à agricultura e, em 2021, foi destinado 3%. A maior parte para culturas de rendimento; entre 2001 e 2021, a maior proporção do investimento para agricultura é externo (93%); O Orçamento do Estado para sector agrário situou-se entre 2 e 7%, em 2001-2021; entre 2002 e 2020, a percentagem dos agricultores a usar fertilizantes passou de 3,8% para 7,8%; no mesmo período, a proporção que utiliza pesticidas decresceu (de 6,8% para 5,5%); em 2020, 83% dos produtores preparava a terra e outras operações culturais manualmente; proporção de explorações agrícolas que utilizam um sistema de rega é baixa e com tendência decrescente (de 11,4%, em 2002, para 9,1%, em 2020) (INE, anuários estatísticos de vários anos). Em 2020, apenas 7% das explorações tiveram acesso os serviços de extensão.

críticas, como saúde²⁶ e educação²⁷, estão intrinsecamente ligadas a esta dinâmica, afectando as decisões dos pequenos produtores e suas famílias.

A pobreza e as desigualdades criam um círculo vicioso onde as oportunidades económicas e sociais são limitadas²⁸. A migração do campo para actividades urbanas ou outros sectores é frequentemente vista como uma saída dessa armadilha. No entanto, sem políticas eficazes para melhorar o acesso a educação de qualidade e serviços de saúde, a migração, por si só, pode não garantir a saída da pobreza.

No que diz respeito ao sector agrícola, a baixa produtividade, exacerbada pela falta de acesso a insumos modernos, crédito, sementes de qualidade, fertilizantes, mercados e maquinaria, limita o potencial de geração de rendimento dos pequenos produtores.

O rendimento, a saúde e a educação são pilares fundamentais para o desenvolvimento e o acesso limitado a serviços de saúde compromete a capacidade de trabalho e a produtividade, enquanto a falta de educação limita as oportunidades de emprego em sectores mais lucrativos e a capacidade de inovação e adopção de práticas agrícolas mais eficientes.

A vontade de abandonar a agricultura e de os filhos não continuarem na actividade agrícola evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam um desenvolvimento integrado e sustentável, focando na melhoria da produtividade agrícola através do acesso a insumos e tecnologias modernas adoptadas, ao mesmo tempo que se promove a diversificação económica e o acesso a educação e saúde de qualidade. As estratégias devem também contemplar o fortalecimento de infra-estruturas rurais, o desenvolvimento de mercados locais e a promoção de sistemas agrícolas resilientes ao clima.

²⁶ O sistema de saúde em Moçambique pode ser caracterizado como precário, porque possui um número reduzido de profissionais por habitante, infraestruturas insuficientes e com falta de requisitos considerados básicos, como água corrente, energia, medicamentos e equipamentos (INE, anuários estatísticos de vários anos). Nas zonas urbanas existem 176 profissionais de saúde por 100.000 habitantes em comparação a 65 na zona rural.

²⁷ O nível médio de escolaridade é baixo. Grande parte dos que frequentaram a escola tem, no máximo, o ensino primário completo. Dos alunos do sexo masculino apenas 20% transitaram para o ensino secundário, enquanto os do sexo feminino apenas 14% transitaram. Esses números são piores nas zonas rurais (INE, anuários estatísticos de vários anos).

²⁸ Para mais detalhes sobre como a pobreza e as desigualdades criam um círculo vicioso onde as oportunidades económicas e sociais são limitadas no meio rural em Moçambique, veja Dadá e Mosca (2023c). Armadilhas da pobreza em contexto rural em Moçambique. Destaque Rural, 214. OMR. https://omrmz.org/destaque_rural/dr-214-armadilhas-da-pobreza-em-contexto-rural-em-mocambique/.

No caso do Búzi, é imperativo que as políticas, não apenas, abordem os sintomas da migração rural e do abandono da agricultura, mas, também, enfrentem as suas causas. Isso implica investir nas potencialidades do sector agrícola, enquanto se assegura que os pequenos produtores se preparem para participar de modo sustentável na economia.

Em conclusão, este estudo destaca a necessidade urgente de uma abordagem holística ao desenvolvimento rural, que considere as interconexões entre agricultura, emprego, educação, saúde e desenvolvimento de outras actividades, sobretudo a agro-indústria, o comércio rural e a existência de infra-estruturas que facilitem e reduzam os custos da mobilidade de pessoas e mercadorias. Somente através de uma visão integrada e de políticas coordenadas a diferentes níveis territoriais, será possível superar os desafios enfrentados pelos pequenos produtores agrários e, por extensão, promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.